



PARECER PRÉVIO Nº 23/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 3002/2011

Apenso: Processo nº 2052/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sra. Maria das Dores Oliveira Munhoz, Prefeita Municipal, à época.

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5851.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4311-2017-MPC-PGC/PEDIDO DE VISTA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls.1018/1021).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais.*

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **aprovação com ressalvas das contas anuais** da Sra. Maria das Dores Oliveira Munhoz, responsável pela Prefeitura Municipal de Boca do Acre, no exercício de 2010, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar n.º 06/91, art. 1º, I e artigo 29, III da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM).

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué



PARECER PRÉVIO Nº 23/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 23/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 3002/2011

Apenso: Processo nº 2052/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sra. Maria das Dores Oliveira Munhoz, Ordenadora de Despesas, à época.

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5851.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4311-2017-MPC-PGC/PEDIDO DE VISTA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls.1018/1021).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2010.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, relativas ao exercício de 2010, sob a responsabilidade da **Sra. Maria das Dores Oliveira Munhoz**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02- TCE/AM);

10.2 – Aplicar Multa à Sra. Maria das Dores Oliveira Munhoz no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), **em concordância com a proposição do Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho**, que deve ser recolhida na esfera Estadual para o órgão da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão das impropriedades formais não justificadas, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 53, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.3 – Determinar à Sepleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 23/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4 – Recomendar à Prefeitura Municipal de Boca do Acre, que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 2423/96, assim como mantenha os documentos relativos a obras e serviços de engenharia em sua Secretaria de Obras.

Vencido o voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, pela emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas anuais, e por conseguinte irregulares, e outras cominações legais,acompanhando o Ministério Público de Contas.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral